

REFERENCIAÇÃO TEXTUAL E O EMPREGO DE CONSTRUÇÕES APOSITIVAS

Márcia Teixeira Nogueira *

Resumo

O presente artigo analisa o uso de construções apositivas não-restritivas como um mecanismo por meio do qual um referente discursivo sofre recategorizações de modo a ajustar a expressão a vários propósitos comunicativos.

Palavras-chave: *aposição; referenciação; recategorização.*

Abstract

This paper analyses the use of non-restrictive appositive constructions as a mechanism by means of which a discursive referent suffers recategorizations in order to adjust the expression to several communicative purposes.

Key words: *apposition; referentiation; recategorization.*

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de definir limites conceituais para a aposição, muitos lingüistas e gramáticos, ao investigarem os aspectos semânticos desse tipo de construção, apontam a existência de uma relação de correferência entre dois ou mais termos como critério para a identificação de uma estrutura apositiva. Principalmente porque a maioria dos estudos sobre a aposição se limita ao nível da oração, no que concerne ao modo como os aspectos nocionais são investigados, a concepção de correferência assenta-se nos pressupostos de uma semântica extensional, que se caracteriza por assumir a existência de uma correspondência direta entre as palavras e as coisas.

Com essa perspectiva, os trabalhos sobre aposição costumam, em geral, avaliar a existência de correferência entre as expressões lingüísticas de construções ditas

apositivas, no sentido de verificar, em primeiro lugar, se elas têm valor referencial e se apresentam exatamente o mesmo poder designativo, isto é, se são extensionalmente idênticas.

No presente artigo, propõe-se que os estudos sobre aposição se desenvolvam dentro de uma nova perspectiva, passando tal processo a ser caracterizado como um mecanismo textual-discursivo que cumpre relevante papel na progressão referencial, isto é, nas estratégias de referenciação no discurso.

2 APOSIÇÃO E CORREFERÊNCIA

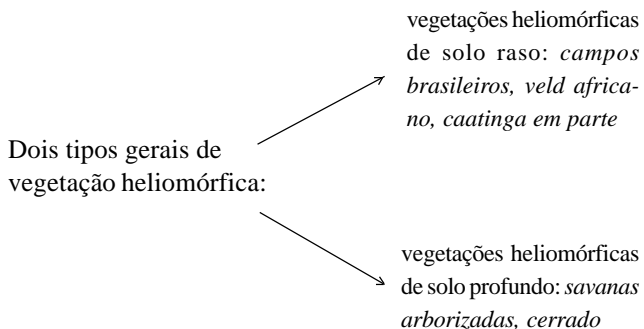
Nos estudos sobre progressão referencial, o conceito de *referente evolutivo* vem recebendo críticas, principalmente de estudiosos como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995). A discussão em torno desse conceito é suscitada pela análise de ocorrências em que a correferência não constitui condição para a continuidade referencial no discurso, nem a co-significação é necessária para que a correferência seja mantida. Essas ocorrências representam encadeamentos considerados improváveis ou inaceitáveis, mas que são freqüentemente produzidos com uma função pragmática precisa. Na comunicação verbal corrente, os interlocutores não costumam dar atenção a esses comportamentos, cuja elucidação teórica só é possível dentro de uma concepção não-realista, mas processual e estratégica da referência. Dessa forma, explica-se por que, mesmo quando não há explicitação lexical de um antecedente para um item referencial, este item pode ser cognitiva e sócio-culturalmente compreendido.

No caso de construções apositivas, pode ocorrer que o verdadeiro escopo de uma expressão apositiva não esteja expresso, mas deva ser inferido com base em um contexto antecedente que lhe serve de base, tal como se observa no exemplo a seguir:

* Professora do Departamento de Letras Vernáculas da UFC. Doutora em Lingüística e Língua Portuguesa.

[01] Em regiões estacionalmente secas, nas quais a água abunda no período de crescimento, temos dois tipos gerais de vegetação heliomórfica de acordo com a capacidade armazenadora do substrato. Quando este é raso (*campos brasileiros, veld africano, caatinga em parte*) e sujeito a freqüentes períodos secos entre as descargas pluviais, por via da dessecação sob forte insolação, a vegetação é reduzida no tamanho e na folhagem. Quando o solo é profundo (*savanas arborizadas, cerrado*) e armazena grandes quotas de água, não podendo haver deficiência hídrica acentuada, a vegetação é alta e a folhagem grande. (TF-LT)²

Em [01], as expressões entre parênteses exemplificam o tipo de vegetação caracterizado em cada período. Essa exemplificação tem, respectivamente, como escopo, o que pode ser inferido como *vegetações heliomórficas de solo raso* e *vegetações heliomórficas de solo profundo*. Embora não se encontrem lingüisticamente explicitados, esses escopos podem ser construídos cognitivamente, operando uma subcategorização motivada pela expressão *dois tipos gerais de vegetação heliomórfica*:



A esse respeito, vale chamar a atenção para a explicação que o gramático Maximino Maciel (1916: 258) fornece para alguns casos em que o termo fundamental da construção apositiva não está expresso. No exemplo a seguir, Maximino Maciel afirma ser um pronome pessoal elíptico o termo fundamental a que se refere a expressão em destaque:

[02] *Panfletista mordaz*, publicou (ele) o libelo do povo sob o pseudônimo de Timandro.

Há casos, inclusive, que, segundo Maximino Maciel, se assemelham a anacolutos ou frases quebradas, por não terem o termo fundamental expresso, como o exemplo a seguir, por ele citado:

[03]. “*Cumpridor escrupuloso de deveres, assíduo às aulas, interno de clínica, amador de laboratórios*, seu cabedal científico era maior do que o de grande número de seus colegas...” (Fábio Luz)

Ora, apontar o pronome *ele*, um elemento que já está operando uma referenciação anafórica, como termo fundamental da expressão *panfletista mordaz* é tentar buscar, nos limites da frase, um objeto de discurso cuja construção, provavelmente, já deve ter sido iniciada em passagens anteriores à da construção apositiva, já estando, portanto, presente na memória discursiva do leitor.

Outra ocorrência em que o termo fundamental da aposição não se encontra expresso, mas é discursivamente construído, vê-se na frase [04]:

[04] A bibliografia não é exaustiva, *o que seria praticamente impossível tal a quantidade de livros de imagens que têm sido editados nos últimos anos*. (FOT-LT)

Na ocorrência [04], o pronome demonstrativo *o*, seguido de uma oração relativa, caracteriza, tipicamente, uma construção denominada, em nossas gramáticas, como *aposto de oração*. Por meio dela, faz-se um comentário sobre algo dito em um segmento anterior do discurso. Percebe-se que o comentário que se faz (*o que seria impossível...*) não tem como escopo a oração negativa inicial (*A bibliografia não é exaustiva*), mas o seguinte conteúdo, *a bibliografia ser exaustiva*, construído cognitivamente.

Nessa perspectiva de estudo da progressão referencial,³ como sugere Mondada e Dubois (1995: 276), o termo *referência*, associado a uma concepção “coisista”, que pressupõe uma segmentação *a priori* do discurso em nomes e do mundo em entidades objetivas, deve ser substituído por *referenciação*, que designa a “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo”.

Além disso, como ressaltam Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995: 227-229), cumpre conceber os referentes como *objetos do discurso*, “modalizáveis sob a forma de um conjunto – por definição evolutivo – de informações inclusas no saber compartilhado pelos interlocutores”. Os objetos de discurso não devem ser concebidos como pré-existentes “naturalmente” à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas como os produtos – fundamentalmente culturais – dessa atividade. Cabe aos lingüistas in-

² As ocorrências aqui apresentadas foram extraídas, respectivamente, de amostras de literatura técnica, literatura dramática e de oratória, do Banco de Dados de Língua Escrita Contemporânea no Brasil, armazenado no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara.

³ Tal perspectiva, fundada nos trabalhos de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e Mondada e Dubois (1995), vem sendo seguida por Koch e Marcuschi (1998) e Marcuschi (1998), no tratamento dos processos de referenciação no português do Brasil.

investigar não as transformações que incidem sobre o estatuto ontológico dos objetos do mundo extralingüístico, mas “aquelas que afetam a bagagem de conhecimento de que dispõem, a cada momento do discurso, os interlocutores a propósito de um referente dado, bagagem de conhecimento que constitui, propriamente falando, a identidade do objeto de discurso” (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995: 239-240).

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995: 241) destacam que as designações atribuídas aos objetos de discurso dependem muito mais de fatores sócio-culturais e pragmáticos do que de fatores referenciais, no sentido extensional e “coisista” do termo. Nessa perspectiva, o léxico não constitui um estoque de etiquetas, mas representa, para os falantes, um conjunto de recursos para as operações de designação. Mais do que um domínio de restrições em que o emprego se submete unicamente ao princípio de adequação referencial, o léxico passa a ser visto como um conjunto de dispositivos extremamente maleável, continuamente trabalhado no e para o discurso.

Com o abandono de uma perspectiva realista de linguagem como representação de pessoas e coisas, em favor de uma concepção construtivista da referência lingüística, a aposição pode ser vista como importante expediente por meio do qual um mesmo objeto pode ser apresentado segundo diferentes pontos de vista. Desse modo, com o expediente da aposição, é enriquecida a bagagem de conhecimentos que constrói, na memória discursiva do interlocutor, a identidade de um objeto de discurso.

A relação de correferência, característica apontada por muitos estudiosos como inerente à construção apositiva, está relacionada com essa propriedade textual-discursiva da aposição. Segundo Rodriguez (1989), os sintagmas em aposição são correferenciais porque a própria construção os equipara. Os elementos devem-se referir a uma mesma entidade, não que signifiquem o mesmo.

El peculiar es que esos sintagmas son correferenciales porque la construcción los equipara, los hace correferente (...) Luego la aposición, en sentido general, es una construcción nominal que hace que dos sintagmas nominales (de lengua o de discurso), u otros dos segmentos funcionamente equivalentes (...) sean correferentes. (Rodriguez: 1989, 220)

Também para Martinez, a aposição estabelece a correferência entre os termos:

...la correferência expresada por la aposición es un valor de contenido realizable, al margen de que le corresponda o no una realidad constatada: tan aposición es Vitigudino, la capital de España (El satélite de la tierra, Vitigudino) como Valladolid, capital de España o La capital de España, Madrid, aunque sólo ésta se corresponda con una realidad actual. Martinez (1985: 455)

Como nem sempre há, nas diferentes construções apositivas, correferência estrita entre as unidades, é preferível, em vez de *correferência*, que se fale em *referenciação a um mesmo objeto de discurso*. A natureza centrípeta da aposição, isto é, seu caráter de relação de elaboração, de retomada de um elemento já introduzido, para fornecer-lhe uma caracterização, para especificá-lo mais detalhadamente ou reformulá-lo de algum modo, assenta-se sobre o que, nos termos de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995: 266), consistiria em um *efeito de correferência*, de *estabilidade referencial*.

Esse efeito de correferência existe mesmo em construções apositivas cujos elementos não são co-significantes. Dessa forma, a aposição mostra-se como um expediente que está a serviço da tarefa de recategorizar um referente do discurso, por vezes afastando-o de sua denominação padrão, para ajustar a expressão a vários objetivos comunicativos. Um exemplo desse fato pode ser visto na frase a seguir, retirada de um texto de literatura técnica:

[05] *A transferência do laboratório para a Natureza (ou passagem da Fisiologia para a Ecologia)* pode tropeçar em barreiras impostas pela ação modificadora (ou prevalente) de fatores outros, interferentes. (TF-LT).

Nos pares de expressões *laboratório* e *Fisiologia*, de um lado, e *Natureza* e *Ecologia*, de outro, não há relação de sinonímia, isto é, do ponto de vista léxico-semântico, elas não têm o mesmo significado. Apesar disso, a construção apositiva explícita, por meio de um mecanismo típico de reformulação, uma relação de equivalência.

3 REFERENCIAÇÕES NA ESTRUTURA APOSITIVA NÃO-RESTRITIVA

Assume-se, no presente artigo, que a aposição constitui um dos mecanismos que participam do processo geral de referenciação, ou seja, nos termos de Marslen-Wilson & Tyler (1982), que contribuem para o estabelecimento e a manutenção dos referentes em uma contínua representação mental que o interlocutor faz do discurso corrente.

Todavia, considerando-se, mais especificamente, a estrutura apositiva, percebe-se que as unidades que a compõem podem funcionar catafórica ou anaforicamente. Em uma construção apositiva em que há referenciação catafórica, emprega-se, como primeiro elemento, tipicamente um sintagma nominal indefinido, às vezes, uma proforma, e, como segundo elemento, um sintagma nominal mais específico que identifica o que é referido no primeiro, tal como na ocorrência [06]:

[06] *Aprendeu ali coisas utilíssimas. As humanidades bem sabidas, o estoicismo dos quartéis, com os horários*

inexoráveis, e, principalmente, começando a conhecer-se, a sua inaptidão para a disciplina e o impessoalismo da vida das armas. (TA-LO)

O que aqui se denomina de *referenciação catafórica* assemelha-se a um tipo particular de recategorização lexical explícita, isto é, de um tipo de anáfora descrita por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995: 248), em que o objeto de discurso designado por uma expressão referencial não foi ainda categorizado, a não ser de forma vaga. Essa expressão, então, especificaria tal objeto, batizando-o lexicamente.

Esse tipo de referenciação catafórica se caracteriza por envolver as duas unidades apositivas em um mecanismo peculiar de apresentação de uma informação. Em vez de uma sinalização textual para trás, trata-se de uma opção por uma determinada forma de organizar a informação, em que se prepara o ouvinte/leitor para a identificação de um elemento inicial mais genérico, empregado cataforicamente. Segundo Senna (1986: 208-209), esse recurso é semelhante ao de uma topicalização, em que a primeira unidade da estrutura apositiva dá início a um ambiente de expectativa e direciona a tensão para o conteúdo da unidade que a sucede.

Nas construções apositivas com referenciação catafórica, é bastante comum o emprego de uma expressão nominal que antecipa e resume o conteúdo de uma oração, de um período completo ou, até mesmo, de todo um parágrafo. Essas construções são similares às estratégias de rotulação antecipada descritas por Francis (1994).

Segundo Francis (1994: 84), as funções de antecipar e organizar das expressões nominais que têm o papel de rótulo podem ser vistas em termos das metafunções de Halliday (1985). Elas têm um significado ideacional, pois participam do processo de acumulação de informações no discurso; têm um significado interpessoal, pois a escolha lexical pode expressar uma avaliação do autor; e apresentam uma função textual, pois, sendo parte do rema da oração a que pertencem e foco de informação nova, elas têm caráter prospectivo, ou seja, estão potencialmente destinadas a permanecer no desenvolvimento do argumento.

A estratégia de rotulação pode-se dar mediante o emprego de nomes genéricos, tais como *coisa, fato, aspecto*, etc. Halliday e Hasan (1976: 274-275) afirmam que a função coesiva do emprego de nomes genéricos está na fronteira entre coesão lexical e coesão gramatical. Do ponto de vista lexical, o uso desses nomes é coesivo por eles serem membros superordenados de conjuntos lexicais maiores, e, como tais, funcionarem em um tipo de coesão lexical por sinonímia. O caráter de coesão gramatical do emprego de nomes genéricos surge da combinação destes com determinantes específicos, tais como o artigo definido e os pronomes demonstrativos, que fazem que o conjunto opere como um item de referência.

Todavia, no caso do emprego de nomes genéricos na aposição, cabe lembrar que eles são muito utilizados em

referenciações catafóricas, nas quais, por estarem criando um foco de referência, encontram-se freqüentemente combinados com artigos indefinidos:

[07] *Só uma coisa: o almoço está de pé?* (RE-LD)

Com expressões de caráter metalingüístico ou metadiscursivo, resume-se e categoriza-se um segmento do discurso como sendo de um tipo particular de linguagem. Esse tipo de rotulação pode ocorrer pelo uso de nomes ilocucionários, ou seja, nomes relativos a atos de fala, tais como em [08] e [09]:

[08] *Mas o que ele fez foi cumprir sua ordem: trouxe o novilho e mandou matar!* (PEL-LD)

[09] *Lembra-te dos conselhos do médico: não ter preocupações nem aborrecimentos de espécie alguma.* (VP-LD)

Por vezes, empregam-se nomes que referem algum tipo de atividade de linguagem ou o resultado disso, como em [10]:

[10] *Surgiu então uma discussão que perdura até hoje, mais inócua que a determinação do sexo dos anjos: a fotografia é arte?* (FOT-LT)

Observa-se também o emprego de nomes relacionados a estados e processos cognitivos ou deles resultantes. Tais nomes originam-se a partir de nominalizações de verbos de processos mentais, usados, em geral, para projetar idéias, embora nem sempre haja verbos cognatos correspondentes, como em [11]:

[11] *Foi este o primeiro passo para a melhor consolidação de uma hipótese já existente sobre a origem do sistema solar: uma grande nuvem de poeira cósmica girando e se condensando, com as partes mais densas lentamente acumulando-se no centro, acabando por formar um protosol, enquanto outros aglomerados menores foram formando seixos rochas, protoplanetas.* (DST-LT)

Nomes de caráter metalingüístico propriamente dito, ou seja, que dizem respeito à estrutura formal do discurso, são também freqüentemente utilizados como rótulos:

[12] *Agora, atenção à última frase: “Permaneciam de pé, à distância, contemplando essas coisas, todos os seus amigos, assim como as mulheres que O haviam acompanhado desde a Galiléia”.* (NE-LO)

Em algumas construções apositivas, o emprego da segunda unidade constitui uma estratégia de referenciação

anafórica em relação à primeira. Como o referente já foi devidamente introduzido na representação mental que o ouvinte/leitor faz do discurso, sendo, em geral, a primeira unidade da construção apositiva uma expressão definida, o falante/autor pode utilizar, na segunda unidade, um conjunto não limitado de expressões referenciais. Tal emprego consiste, geralmente, em reapresentar, de uma perspectiva diferente, mediante uma redenominação ou uma predicação de atributos, um referente discursivo. Por vezes, a função desse tipo de estratégia é evocar algum tipo de conhecimento supostamente compartilhado para levar o interlocutor à identificação desse referente discursivo:

[13] O quarto e último fala da diplomacia brasileira, cujo patrono é *José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco*, teve uma longa e profícua atuação diplomática (...) (DIP-LT)

[14] *A câmara - a futura máquina fotográfica* - já existia e há muito vinha sendo aperfeiçoada. (FOT-LT)

A referenciação anafórica que se observa em construções apositivas não-restritivas relaciona-se com estratégias de reformulação textual. Muito frequentemente, emprega-se, numa aposição não-restritiva, uma segunda unidade que reformula o conteúdo ou a expressão linguística da primeira, de modo a garantir que o ouvinte/leitor compreenda satisfatoriamente o que foi formulado.

Em algumas construções apositivas não-restritivas, pode ocorrer um tipo de referenciação anafórica por meio da qual se dá uma fragmentação do referente do discurso apresentado na primeira unidade (cf. Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995: 258). Isso ocorre em paráfrases que se prestam, na aposição, às funções de *exemplificação*, tal como em [15], e de *particularização*, como em [16]:

[15] Dependendo das perguntas a serem colocadas para o material, pode-se utilizar classificações segundo diversos critérios, *como funcionalidade, decoração, composição física etc.* (ARQ-LT)

[16] A ameaça não se concretizou por este lado, mas sim pelo aumento do uso de certos gases, como o freon e outros, *principalmente os utilizados em aerossóis.* (DST-LT)

Em uma operação inversa, a segunda unidade da aposição, por meio de uma reformulação parafrásica de *generalização*, pode reunir, sob uma só expressão referencial, objetos aparentemente não referidos na primeira (Apothéloz e Reichler-Béguelin: 1995, 261):

[17] Primeiramente: são *os Judeus, todos eles sem distinção*, réus da crucifixão de Jesus? (NE-O)

A aposição não-restritiva reformulativa também costuma manifestar-se como uma *correção*. De um modo geral, na correção, a segunda unidade faz um ajuste da referência ou do significado estabelecido na primeira unidade da construção apositiva.

[18] Lucas distingue nitidamente três agrupamentos. Um, o dos soldados, conduzidos pelo centurião, imediatamente em torno da Cruz. Outro, *o do povo, ou melhor, de uma parte do povo*, a princípio indiferente, mas que terminou por voltar batendo no peito. O terceiro, à distância, o grupo dos conhecidos, dos quais uns eram homens, outros mulheres. (NE-LO)

Na estratégia de correção, o locutor enumera alternativas lexicais possíveis na busca por uma melhor adequação daquilo que tenta dizer. Cumpre salientar que, na busca por uma precisão progressiva, as opções lexicais não se excluem, não são apagadas pela última escolha. Segundo Mondada e Dubois (1995), a referenciação adequada pode ser vista como um processo de construção de um percurso que ligue diferentes denominações aproximativas.

Conforme lembra Barros (1993), a correção parcial confunde-se com a paráfrase. Geralmente, as unidades vêm ligadas por expressões do tipo *ou, ou melhor, quer dizer*, que introduzem ressalvas com o objetivo de garantir precisão às informações textuais:

[19] Naturalmente quando Rodrigo estatui que o Jardim das Confidências e Os Poemetos de Ternura e de Melancolia “são os melhores documentos da época”, *o meu teorismo, ou melhor, os meus preconceitos relativos à distinção entre prosa e poesia*, voltavam-me, queriam impor-se de novo. (HP-LD)

A correção é mais comum em textos orais, em uma linguagem espontânea, quando formulação e planejamento linguísticos ocorrem praticamente de forma simultânea. Todavia, em alguns textos escritos, a expressão linguística tipicamente utilizada na função de correção pode assumir um caráter retórico, tal como se observa em [20], em que não se tem, de fato, uma correção intencional:

[20] Mas quando o padre Rossi irrompe *no palco, quer dizer, no altar*, sob aplausos e assobios da platéia, não é difícil perceber que se está diante de um evento diferente. (Veja, ano 31, n. 44, p. 115).

Além das funções de favorecer a adequação informativa e a precisão referencial, o emprego de aposições não-restritivas também exerce uma função argumentativo-attitudinal quando o falante/autor manifesta sua atitude em relação ao que diz. Essa função se torna evidente em construções em que o referente é apresentado mediante uma *ava-*

liação que determina uma orientação argumentativa para o leitor, tal como se vê em [21]:

[21] Não, toda essa discussão estéril e escolástica sobre a sensibilidade ou a sua ausência na arte moderna o que reflete é coisa bem mais profunda: a crise da civilização verbal. (MH-LT).

As rotulações em referências catafóricas podem sinalizar uma avaliação que o autor faz das proposições “encapsuladas”. De acordo com o contexto em que é usado, todo o sintagma nominal envolvido pode indicar uma atitude em relação a essas proposições:

[22] Sobre a apresentação do mal moral, Pio XII, na Alocução de 28 de outubro de 1955, aos representantes do “mundo cinematográfico”, tem as seguintes judiciosas considerações: “Uma coisa é conhecer os males, procurando dar-lhes explicação e remédio na filosofia e na Religião; outra é fazer deles objeto de espetáculo e diversão. Ora, acontece que dar forma artística ao mal, descrever-lhe a eficácia e desenvolvimento, os caminhos claros ou tortuosos com os conflitos que gera ou através dos quais caminha, tem para muitos uma atração quase irresistível”. (MA-LO)

Quando a segunda unidade da construção apositiva faz uma referência anafórica em relação à primeira, é ainda maior a liberdade para a escolha de expressões lexicais inovadoras e para as estratégias persuasivas, uma vez que o objeto, em geral, já está identificado e denominado no modelo de mundo construído pelo discurso. Essa unidade anafórica pode servir não somente para apontar um objeto discursivo, mas para modificá-lo, por meio dessas recategorizações lexicais. Assim, uma expressão referencial ajusta o conhecimento disponível a propósito do objeto de discurso, enxertando sobre ele algumas informações cuja razão de ser não é referencial. Ocorre, dessa forma, uma dupla operação, que consiste, segundo Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995: 247), na referência propriamente dita e no aporte de uma informação nova sobre o objeto de discurso, o que pode eventualmente desencadear uma reinterpretação.

Há alguns exemplos em que a segunda unidade tem, claramente, um objetivo argumentativo, pois revela opiniões, crenças e atitudes de quem constrói o texto, a respeito do referente do discurso, tal como se observa em [23]. Essa designação pode apresentar-se sob a forma de uma metáfora, como em [24]:

[23] *O candomblé da Bahia, sem dúvida o de maior esplendor de todo o Brasil*, que ainda agora serve de espelho a todos os outros cultos, tem uma designação com que não concordam os seus adeptos, embora não tenham uma palavra melhor para substituí-la. (CAN-LT).

[24] (...) a música é uma ciência tanto quanto uma arte: quem poderá fundir estas duas entidades no mesmo cadinho, senão *a imaginação, esta “rainha das faculdades”*? (REF-LT)

Uma outra forma de manifestação da função argumentativo-attitudinal no emprego de uma expressão apositiva encontra-se no tipo de construção conhecido em nossas gramáticas como *aposto de oração*. Em geral, a segunda unidade dessas construções são comentários introduzidos por um demonstrativo seguido de uma oração relativa, tal como em [25]:

[25] *Já avultava o modernismo, na obra de grandes poetas inovadores, o que não constituía, porém, no sentido global, uma inflexão de rumos, com o abandono do passado, mas indícios de idade nova, de uma corrente influenciadora do processo da nossa evolução literária, de colorido autenticamente verde-amarelo*. (TA-LO)

Esse emprego assemelha-se ao que Francis (1994: 84) descreve como rotulação retrospectiva, em que um rótulo serve para “encapsular” ou “empacotar” um segmento discursivo já realizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o presente artigo pretendeu mostrar como a aposição, uma categoria cujo estatuto é objeto de controvérsias no âmbito da sintaxe, pode ser vista como um mecanismo que exerce importantes funções de ordem textual-discursiva, mais particularmente no que concerne aos processos de referência. Propõe-se que, numa perspectiva processual e estratégica da noção de referência, a aposição seja vista como recurso por meio do qual o falante/autor opera recategorizações do referente discursivo, modulando a expressão referencial em função de objetivos, em geral, relacionados à precisão informacional, à argumentatividade e aos efeitos estético-conotativos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHÉLOZ, D. e REICHLER-BÉGUELIN, M. (1995) Construction de la référence et stratégies de désignation. *TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, n. 23, p. 227-271.
- BARROS, Diana L. P. (1993) Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETTI, D. (org). *Análise de textos orais (Projeto NURC/SP)*. São Paulo: FFLCH/USP, p. 129-156.
- FRANCIS, G. (1994) Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. (Org.) *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, p. 83-101.

- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976) *Cohesion in English*. London: Longman.
- HALLIDAY, M.A.K. (1985) *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.
- HILGERT, J. G. (1996) As paráfrases na construção do texto falado. In: KOCH, I.G.V. (org) *Gramática do Português Falado VI*. Campinas: FAPESP/Unicamp, p. 131-147.
- MARSLEN-WILSON, W. E.; LEVY, E. & TYLER, L. K. (1992) Producing Interpretable Discourse: the Establishment and Maintenance of Reference. In: JARVELLA, J. & KLEIN, W. *Speech, Place and action*. John Wiley and Sons, p. 339-378.
- MARTINEZ. (1987) Las construcciones apositivas en español. *Philologica hispaniensa*, II, p. 453-467.
- MACIEL, M. A. (1916) *Gramática descritiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MONDADA, L e DUBOIS, D. (1995) Construction des objets de discours et catégorization: une approche des processos de référenciation. *TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, n. 23, p. 273-302.
- RODRIGUEZ, C. F. (1989) De nuevo sobre la aposición. Sevilla: *Verba*, 16, p. 215-236.
- SENNA, L. A. G. (1994) O processo sintático na oração apositiva. In: *Letras & Letras*, p. 201-212, Uberlândia.
- KOCH, I. G. V. e MARCUSCHI, L. A. (1998) Processos de Referenciação na Produção Discursiva. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. esp., p. 169-190.
- MARCUSCHI, L. A. (1998) *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. (mimeo)



Impressão e Acabamento
Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932 - Benfica
Caixa Postal 2600 - Fone/Fax: 0xx (85) 281.3721
Fortaleza - Ceará - Brasil

